

O problema (do) negro: Raça e o pensamento sociológico brasileiro

The Black Problem (or the problem of the Black): Race and the Brazilian sociological thought

Anna Victoria de Souza Lage^a 

O debate sobre a existência ou não de uma “questão racial” no Brasil remonta à passagem do período republicano para a então nova conjuntura política pós-Revolução de 1930. Nesse período e nos próximos, os projetos nacionais e os intelectuais brasileiros se debruçaram sobre um tema: qual o lugar da raça na formação nacional brasileira?

Olhando para essa discussão, Antônio Sérgio A. Guimarães publica *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. Há muito envolvido nas temáticas das relações e identidades raciais e do racismo, a obra reúne textos já conhecidos do autor, reatualizados e revisitados, que discutem como a ideologia da democracia racial não estava - e não está - superada, e de que maneira a noção de raça como conceito analítico e categoria reivindicada pelo movimento negro permanece mobilizando disputas entre projetos nacionais em solo brasileiro.

Publicada em 2021, a obra dividida em nove capítulos retoma os debates da formação de uma identidade racial brasileira, com um viés cosmopolita, pensando o impacto e importância dos círculos intelectuais e militantes do movimento internos e externos ao Brasil nessa construção. Sociólogo com estilo histórico, o autor expõe discussões conceituais, reconstruções históricas e visões das militâncias negras, a partir de uma narrativa fluida que demonstra como a identidade racial brasileira não foi cristalizada durante o século XX, mas sim algo disputado por diversos grupos dos noventa em diante.

Com um recorte temporal dos anos 1930 aos 1970, existe, no decorrer do livro, uma periodização implícita dos movimentos negros no país, focada principalmente em São Paulo: a primeira fase seria iniciada do processo abolicionista à Primeira República; a segunda seria a dos protestos negros nos anos 1930, em que o movimento se organiza politicamente e busca novos espaços enquanto germina-se um ideal de raça negra; e por fim o terceiro momento, em que o conceito de democracia

^a Universidade Federal da Bahia (PPGH - UFBA). Email: annavicslage@hotmail.com

racial, e posteriormente negritude, difundem-se e entram em debate nos meios negros reorganizados após o Estado Novo.

No primeiro capítulo, intitulado “O estudo das raças e sua formação histórica”, Guimarães abre seu livro com uma discussão de conceitos, amparada majoritariamente nas Ciências Sociais, sobre o que seria a ideia da existência das raças e quais sentidos podem estar englobados na mesma. Partindo da ideia da raça proveniente de uma tradição ocidental - sobretudo ibérica - de pureza sanguínea, aprofundada na colonização da América e consolidada com a biologização do final dos oitocentos, o autor entrelaça os conceitos de “etnia, comunidade, nações”, diferenciando-os a partir de uma perspectiva weberiana; “classes sociais”; “cor”; e “cultura”, subdivisões do capítulo, para pensar as “fronteiras simbólicas” (Guimarães, 2021, p.27) que localizam pessoas em determinados lugares sociais - tal qual em uma hierarquia racial, ou social, ou política. Seu posicionamento é claro: o pensamento sociológico brasileiro precisa olhar para a ‘raça’ como um objeto.

O segundo capítulo, “A liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça”, embasado profundamente pela historiografia da Nova História da Escravidão explora o momento de ascensão da Primeira República brasileira, buscando “uma reinterpretação que dê conta do imaginário nacional brasileiro que será depois referido como mestiço ou ‘negro’” (Guimarães, 2021, p.45). Partindo dos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, Guimarães busca entender como as noções de cidadania e direitos políticos estavam sendo compreendidas pelos negros no processo e após a abolição. Para tal, o autor faz um breve recuo temporal para a crise do escravismo iniciada em 1870, visto como marco para as populações negras no fazerem-se brasileiras.

O enfoque à intelectualidade negro-mestiça que defendia uma sociedade em que os ex-escravizados fossem integrados à nação e que, em última instância, premeditaram a tese do mestiço nacional (Guimarães, 2021, p. 56), simboliza a constante referência aos círculos acadêmico-intelectuais de Guimarães no decorrer de seus argumentos. A desconfiança dos recém-libertos à República, a expectativa branca desta como um lugar de liberdade (sem amarras monárquicas) e a nascente proposta de um Brasil fraternalmente mestiço – no qual um mulato poderia ascender na hierarquia social se embranquecido culturalmente, como pretendia a política do branqueamento republicana (Andrews, 2014, p.154)-, demonstrariam como brancos e negros vivenciaram as rupturas diferentemente.

A partir dessa síntese, Guimarães interliga de que modo a organização dos meios negros, dessa vez pensada como projeto nacional de inclusão e não apenas resistência, chegou nos anos 1930 e remodelou a formação de uma identidade

racial brasileira e de ‘modernidades negras’. Essa categoria, discutida no terceiro capítulo de mesmo nome é, para o autor, central na elaboração de uma identidade negra brasileira. Saindo de uma modernidade ocidental que se opõe às tradições, em busca do novo, Guimarães expõe como a sua vertente negra faz parte desse processo de interação entre europeus e africanos, que seria “a incorporação dos negros à cultura ocidental enquanto ‘cidadãos’” (Guimarães, 2021, p.70).

As sociedades latinas, espelhando-se nas europeias, viram, de acordo com o autor, as modernidades nacionais e negras ascenderem ao mesmo tempo, confundindo-as, no qual os negros, até então excluídos da cidadania, positivaram os sentidos do termo “raça negra”. Guimarães esforça-se em trazer a intelectualidade negra, olhando para o Brasil e para o desenvolvimento das organizações que foram espaços de discussão entre “negros-mestiços” (Guimarães, 2021, p.88) e da defesa do negro brasileiro, modernizado, construindo-se politicamente como cidadão nacional. Interessante sobre o capítulo é a escolha metodológica do autor. Não fica explícito se os negros teriam se sujeitado à cultura ocidental ou se esta foi construída com a diáspora, visto que a preocupação é direcionada aos círculos intelectuais centrais e subalternos.

No quarto capítulo, “A democracia racial negra dos anos 40”, esse viés cosmopolitista se expande. Um dos capítulos-chave do livro para a compreensão do argumento geral, a noção - e usos - da democracia racial é vista por Guimarães como uma estratégia discursiva que os negros reivindicaram como base de uma nacionalidade brasileira e mestiça, assim como das suas lutas contra a discriminação racial. Após o Estado Novo, são retomadas pautas da década de 1930, enquanto se desenvolvem duas novas: inicialmente a democracia racial, ideia perpassada no senso comum brasileiro, debatida por Gilberto Freyre e Arthur Ramos, e posteriormente a negritude, vinda dos meios afro-francófonos, trazida pelo Teatro Experimental Negro (TEN) e por Abdias Nascimento.

Com o retorno de uma imprensa progressista, Guimarães parte do círculo intelectual do *Diário Trabalhista*, periódico carioca, para as disputas de projeto nacional e nos debates sociológicos em aceitar ou não o racismo e a raça como estruturantes da sociedade. Ao assumir os problemas raciais como de classe, o pensamento sociológico brasileiro nutria conflitos com os movimentos políticos negros, vistos como segregadores raciais pela elite. Mesmo assim, para o autor, a atuação do protesto negro dos anos 1940 e 1950 foi fundamental para que o racismo fosse superado tanto política quanto culturalmente, independentemente do apoio científico tradicional.

No capítulo seguinte, Guimarães pensa o papel e os estudos de Abdias do Nascimento para esse movimento negro. Nomeado “Resistência, Revolta, Quilombo”, o autor identifica os conceitos de revolta e resistência de Abdias, desenvolvidos a partir das influências do mundo afro-francófono, que “rearticulam a sua interpretação da história brasileira enquanto resistência continuada e prolongada dos negros às discriminações raciais e às formas alienantes da cultura embranquecida de origem europeia” (Guimarães, 2021, p.138).

A absorção de discussões sobre raça, racismo e negritude estrangeiras não ocorreu de forma imediata nos meios negros brasileiros. A tendência de integração do negro à cultura e nação brasileiras afastava ideais pan-africanistas dos veículos nacionais. Antônio Sérgio compreende que Abdias sofisticou seus argumentos até o surgimento da ideia de *quilombismo*, uma “ideologia de libertação dos negros brasileiros” (Guimarães, 2021, p. 145); categoria esta com certo discurso afro-cêntrico e de denúncia do racismo, mas que pensa o negro nacional “como uma história de resistência cultural e de revoltas políticas” (Guimarães, 2021, p.151).

No breve capítulo posterior, “Os negros em busca de cidadania”, Guimarães aprofunda como o protesto negro da primeira metade do século XX se deu e como sua principal pauta, a cidadania, foi contínua. Novamente com uma escrita mais histórica, o autor volta-se para a agência dos negros brasileiros que atuaram como militantes e intelectuais nessas disputas políticas e na construção de discursos raciais. O autor admite quatro retóricas da mobilização negra brasileira. A primeira, defendida por Bastide, seria o puritanismo, o discurso de adequação moral dos negros à cultura burguesa branca; a segunda seria a democracia racial, já referenciada tanto nos meios negros populares quanto intelectuais; a negritude, ressignificada de acordo com o autor por um nacionalismo anticolonialista; e o multiculturalismo e igualitarismo racial, além do desenvolvimento de ações afirmativas que igualem brancos e negros no plano sociopolítico.

Em seguida, no capítulo “A recepção de Fanon pela juventude negra”, o mais distinto da obra, Guimarães volta-se para os círculos intelectuais e de militâncias negras, mantendo breves reconstruções históricas para entender o vazio dos estudos sociais brasileiros acerca do problema racial, seja nos meios negros ou de esquerda no geral, a partir do silêncio com relação aos discursos fanonianos. A negritude foi remodelada ao chegar ao Brasil para encaixar-se no discurso nacionalista da militância negra e do projeto brasileiro de nação mestiça. Antônio Sérgio argumenta que a esquerda brasileira teve acesso aos escritos de Fanon na década de 1960, porém as adversidades políticas e o foco classista dos estudos sociais do país causaram tal silenciamento, visto que os conflitos raciais eram evitados, além

da pouca presença de intelectuais negros envolvidos com a temática da identidade negra e do racismo. O lento impacto de Fanon é, nas linhas de Guimarães, político. Na imprensa e espaços de circulação científicos, raça foi cotidianamente preterida em relação à classe, mesmo nos mais progressistas. As ideias de Fanon só seriam revisitadas com a redemocratização e o Movimento Negro Unificado, tornando-se clássicos para aqueles que estudam racismo e violência política.

Já em meios de uma finalização, o capítulo “Ação afirmativa, um balão de ensaio em 1968”, analisa a forma como o Estado brasileiro lidou com o problema racial durante o regime militar, em que Antônio Sérgio identifica neste período o primeiro olhar a uma proposta de ação afirmativa com recorte racial. Partindo de uma reportagem que denunciava o racismo brasileiro, “Discriminação racial dificulta empregos”, de Paulo César Araújo no *Jornal do Brasil*, Guimarães expõe as consecutivas consequências deste texto para o governo brasileiro. A década de 1960 foi extremamente conturbada e inspiradora para o movimento negro internacional, e o Estado sabia dos possíveis influxos no solo brasileiro. De acordo com Guimarães, não havia condições políticas suficientes para que tal exposição resultasse em um projeto de lei, tendo sido criticado inclusive na academia - afinal, era uma afronta à noção de democracia racial que ainda persistia no imaginário social brasileiro. A ação afirmativa que poderia ter sido racial manteve-se com um corte de classe.

Finalizado a obra, o último capítulo, “A democracia racial revisitada”, faz um balanço geral sobre a polissemia conceitual presente em ‘democracia racial’ e os inúmeros usos políticos desta no Brasil e na América. O capítulo demonstra o intercâmbio entre os Estados Unidos e a América Latina sobre as ideias de democracias - o qual se faz presente o argumento de Jessica Graham (Graham, 2019, p. 22) que tais ideias se formulam com as disputas pela noção de democracia política e tolerância racial da América Latina - e fraternidade raciais, raça e racismo. Seu argumento geral pode ser resumido em como a democracia racial “só faz sentido num determinado contexto histórico, aquele compreendido entre a construção de um ideal, não de política redistributiva, mas de sociabilidade racial (nos anos 1930), e o de denúncia de sua função de ideologia dominante (a partir dos anos 1970)” (Guimarães, 2021, p. 227). A troca entre os círculos internacionais e nacionais é um objeto crucial para o autor. Guimarães identifica noções valiosas para o surgimento da ideia de ‘democracia racial’: a fraternidade racial dos anos 1910-1920, a democracia étnica, e a democracia social; cada aspecto unido e ressignificado no imaginário nacional do povo mestiço, baseada em uma expressão ambígua. Após

essa breve abertura, Guimarães cita autores importantes sobre os usos e conceitos de democracia racial para a discussão.

Próximo à conclusão, Antônio Sérgio entende essa polissemia da expressão democracia racial, e acima de tudo seus usos, como um fracasso das elites brancas latinas em integrar as populações negras em seus Estados nacionais, fenômeno que permanece, visto que esta ideologia não está plenamente superada. O problema (do) negro ainda não estava pronto para ser resolvido durante todo o recorte temporal do livro. Afinal, é possível uma ex-colônia escravista ser estatalmente antirracista?

A obra possui uma escrita profunda e acessível, sem academicismos. Uma temática séria, visceralmente histórica na sociologia brasileira. Futuro clássico indispensável aos estudos de raça e racismo no Brasil, este é um livro atual e que não se pretende encerrar as discussões, pelo contrário: Abre-as para que novas visões apareçam e debatam, acima de tudo, os projetos nacionais em jogo nesse momento de risco às variadas democracias – seja racial ou política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George (2014). *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar.
- GRAHAM, Jessica (2019). *Shifting the Meaning of Democracy: Race, Politics, and Culture in the United States and Brazil*. Oakland: University of California Press.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (2021). *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34.